



Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação

ISSN: 1809-5844

ISSN: 1980-3508

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da
Comunicação (INTERCOM)

Mafra, Rennan Lanna Martins

Diálogo público, instituições científicas e democracia: reflexões
sobre a constituição de uma política de comunicação organizacional*

Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,
vol. 39, núm. 2, 2016, Maio-Agosto, pp. 161-174

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442016211>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69868744011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Diálogo público, instituições científicas e democracia: reflexões sobre a constituição de uma política de Comunicação Organizacional*

Public dialogue, scientific institutions and democracy: reflections on the establishment of a policy of organizational communication

El diálogo público, las instituciones científicas y de la democracia: reflexiones sobre la creación de una política de comunicación organizacional

DOI: 10.1590/1809-58442016211

Rennan Lanna Martins Mafra

(Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Comunicação Social. Viçosa – MG, Brasil)

Resumo

Reconhecendo o diálogo público como imperativo democrático dirigido aos contextos científicos das recentes sociedades complexas e pluralistas, esse artigo objetiva problematizar em que medida é possível a construção de uma política de comunicação organizacional pautada pela noção de comunicação pública da ciência nos cenários contemporâneos das instituições científicas. A metodologia utilizada no artigo foi a pesquisa bibliográfica, que orientou tanto a busca por estudos sobre comunicação pública da ciência e sobre Comunicação Organizacional em contextos democráticos, quanto o levantamento dos fundamentos teóricos gerais que sustentam o horizonte explicativo ora proposto. Como principal resultado, evidencia-se que o campo da Comunicação Organizacional pode dar respostas às instituições científicas a partir da construção de uma política de comunicação que estimule, acolha e administre o diálogo público, em consonância com esforços voltados à comunicação pública da ciência.

Palavras chave: Diálogo. Ciência. Comunicação. Organizações. Democracia.

Abstract

This paper recognizes the public dialogue as a democratic imperative addressed to the scientific contexts of the recent complex and pluralistic societies, and aims to analyze how is it possible to build an organizational communication policy guided by the notion of public communication of science in contemporary settings of the scientific institutions. The methodology used in the article was the bibliographic research, which guided the search for studies on public communication of science, the search about organizational communication studies in democratic contexts and a survey of the gene-

* As discussões desse artigo configuram-se como resultados parciais do *Dialorg – Programa Institucional de Extensão, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Comunicação Organizacional* da Universidade Federal de Viçosa, financiado pela Reitoria da mesma universidade.

ral theoretical foundations that support the explanatory horizon now proposed. As a main result, it is evident that the field of organizational communication can provide answers to scientific institutions from the construction of a communication policy that encourages, accept and administer the public dialogue, in line with efforts focused on public communication of science.

Keywords: Dialogue. Science. Communication. Organizations. Democracy.

Resumen

Reconociendo el diálogo público como un imperativo democrático dirigido a contextos científicos de las sociedades complejas y plurales recientes, este trabajo tiene como objetivo analizar en qué medida es posible la construcción de una política de comunicación organizacional guiada por el concepto de comunicación pública de la ciencia en ambientes contemporáneos de instituciones científicas. La metodología utilizada en el artículo es la revisión de la literatura, que orientó tanto a la búsqueda de los estudios sobre la comunicación pública de la ciencia y sobre la comunicación organizacional en contextos democráticos, como un estudio de los fundamentos teóricos generales que apoyan el horizonte explicativo que ahora se propone. Como resultado principal, es evidente que el campo de la comunicación organizacional puede proporcionar respuestas a las instituciones científicas de la construcción de una política de comunicación que alienta, aceptar y administrar el diálogo público, en línea con los esfuerzos se centraron en la comunicación pública de la ciencia.

Palabras clave: Diálogo. Ciencia. Comunicación. Organizaciones. Democracia.

Introdução

Este artigo empreende reflexões sobre a constituição de uma política de comunicação organizacional voltada ao cenário das instituições científicas, frente aos contextos de sociedades democráticas complexas e pluralistas. Nesses contextos, tais instituições – como também organizações de toda sorte – são inevitavelmente convocadas ao diálogo público (BOHMAN, 2009; MARQUES; MAFRA, 2013), sobretudo em meio a uma multiplicidade sem-fim de grupos sociais plurais que reivindicam a Comunicação Organizacional não apenas como uma possibilidade, mas, sobretudo, como um direito. No caso das organizações científicas, um aspecto torna-se ainda mais instigante: as dantes inabaláveis bases de legitimidade da ciência moderna passam por uma profunda crise, de modo que a própria ciência vive um vibrante momento de revisão de seus pressupostos (SANTOS, 2003) e de abertura ao diálogo a inúmeros contextos sociais não científicos (DELFANTI, 2010). Sendo assim, de modo mais específico, duas são as principais questões postas como desafios a esse trabalho: 1) como o campo da Comunicação Organizacional pode oferecer caminhos válidos para uma compreensão acerca dos dilemas contemporâneos de crise da ciência – dilemas estes que interferem na atuação das instituições científicas; 2) em que medida tais caminhos podem inspirar a constituição de uma política de comunicação organizacional às instituições científicas, em cenários democráticos complexos e pluralistas.

Parece haver uma considerável lacuna a ser explorada no que tange a uma relação entre comunicação pública da ciência e comunicação organizacional das instituições científicas. Inclusive, há visões de que os esforços de relações públicas e de comunicação organizacional presentes nas instituições científicas minariam, supostamente, os esforços de divulgação científica – já que os primeiros se comprometeriam somente com motivações voltadas à construção de uma imagem pública, sem a utilização do mecanismo do diálogo para fins socialmente motivados (PITRELLI, 2008). Este trabalho pretende rever esse raciocínio, revelando que, se por um lado, a Comunicação Organizacional das instituições científicas pode buscar modelos verticalizados e unicamente informacionais, tal comunicação também pode se pautar pela busca de processos dialógicos e público-reflexivos (BOHMAN, 2009), apresentando-se enquanto instância fundamental às organizações científicas em tempos de crise.

De tal sorte, esse trabalho se organiza em três seções. Primeiramente, será feita uma discussão sobre ciência moderna em crise, instituições científicas e comunicação, com vistas a evidenciar a necessidade de se pensar a comunicação no terreno organizacional enquanto prática fundamental às próprias instituições científicas. Em seguida, buscaremos compreender o diálogo público como uma espécie de imperativo democrático, sobretudo nos contextos científicos em crise, afetados pelo ideal normativo da democracia. Por fim, buscaremos localizar o diálogo público como uma espécie de imperativo prático, com vistas à formulação de uma política de comunicação organizacional que dê conta de produzir um olhar estratégico sobre a realidade, mas, ao mesmo tempo, que seja igualmente capaz de dar respostas e justificativas públicas acerca dessa mesma realidade em movimento.

Ciência moderna em crise, instituições científicas e comunicação

Com enorme certeza, a problemática da *ciência moderna em crise* tem se mostrado como organizadora basilar de inúmeras preocupações conceituais e analíticas que atravessam grande parte dos campos científicos de conhecimento (SANTOS, 1989, FOUCAULT, 1999). Ao que tudo indica, não se trata apenas de mais uma crise paradigmática (KUHN, 1998) no interior de inúmeras disciplinas, mas também de uma crise socialmente motivada e distribuída (SANTOS, 2003), relativa ao questionamento do lugar social que a ciência ocupa na construção e na reprodução da própria modernidade (LYOTARD, 1988). Nesse sentido, podemos admitir que existem inúmeras *dimensões/gradações* de um vasto conflito, de proporções e extensões cuja inteligibilidade está bem longe da completude. Quanto a isso, há, nesse trabalho, uma pretensão de se explorar aqueles aspectos que nos permitem reconhecer, mais propriamente, duas *dimensões/gradações* possíveis de tal conflito, intimamente correlacionadas: 1) a crise da ciência se manifesta por meio da existência de uma *crise institucional* no âmbito das organizações científicas, sobretudo em contextos democráticos; 2) a crise da ciência, ao fazer

insurgir uma crise institucional junto às organizações científicas, solicita, sobremaneira, novos modos de comunicação e de interação de tais organizações, no contexto das complexas e pluralistas sociedades contemporâneas.

Com relação à primeira *dimensão/gradação*, existem estudos direcionados à problematização de matizes relacionais, organizacionais e políticas presentes no contexto imediato das instituições científicas. Preocupações como as de Delfanti (2010) ressaltam a presença de um movimento denominado *Open Science* (Ciência Aberta), que defende o lugar público de qualquer conhecimento cientificamente motivado e denuncia tanto o distanciamento científico dos sujeitos fora dos domínios da ciência quanto também a existência de uma espécie de mercantilização conjecturada pelos mecanismos contemporâneos de publicação. Tal processo acabaria por pautar, em última análise, a periodização internacional por verdadeiros empreendimentos, contribuindo tanto para uma espécie de ilusão acerca do avanço do conhecimento (que se quantifica por um valor comercial nem sempre criticamente validado) bem como corroborando para o aumento do abismo entre cientistas e sociedade. Sendo assim, o pesquisador aponta que não se sabe ainda se o movimento emergente da *Open Science*:

terá sucesso em prover inovações científicas cruciais. Mas há pelo menos uma coisa que esses atores estão oferecendo: um novo sentido mais amplo de ‘ciência aberta’, que não se restringe somente ao livre compartilhamento e à livre circulação de informações para dentro da comunidade científica. [...] Suas reivindicações radicais para abertura e acesso ao conhecimento científico aquecem um debate sobre os limites da ciência contemporânea: de um lado, a participação dos cidadãos nos processos de decisão; e, de outro, tal participação na própria iniciativa de produção de científica (DELFANTI, 2010, p.2 – Tradução nossa).

A evidência de Delfanti (2010) corrobora com a expressão da segunda *dimensão/gradação* da crise da ciência, explorada nesse trabalho: os esforços de abertura das instituições científicas solicitam, como decorrência imediata, novos modos de comunicação da ciência com a sociedade. Quanto a isso, um campo também não recente de estudos, constituído pela noção de Comunicação pública da ciência (OLIVEIRA, 2004; CASTELFRANCHI, 2004) e/ou pela noção de divulgação científica (ZAMBONI, 2001; DUARTE; BARROS, 2003, RAMALHO E SILVA, 2011, EPSTEIN, 2012), vem ganhando força justamente por produzir indagações sobre o aprimoramento da relação entre ciência e contextos sociais democráticos. Sendo assim, tal campo reconhece a comunicação enquanto um lugar fundamental à ciência em tempos de crise (e também de não-crise), lançando esforços para pensar modelos de comunicação pública da ciência (TARGINO, 2000; CASTELFRANCHI, 2004) que possam corresponder tanto ao aprimoramento de uma espécie de “tradução” das produções científicas

para a sociedade (protagonizadas, sobretudo, pelo Jornalismo científico), quanto aos anseios contemporâneos de participação de sujeitos sociais fora dos domínios da paridade científica nas decisões acerca das escolhas da ciência e na interação direta com os próprios cientistas (KOUPER, 2010). Quanto a isso, é forçoso ressaltar que os sujeitos sociais não acessantes dos contextos científicos, antes denominados genericamente de “público leigo” (EPSTEIN; BERTOL, 2005, EPSTEIN, 2012), têm sido cada vez mais qualificados, não por acaso, como “cidadãos” (RIESCH et. al., 2013). Por esses termos, é possível considerar que o vibrante e fecundo movimento de se repensar o lugar da comunicação no cotidiano das instituições científicas filia-se, em última análise, ao complexo fenômeno social que questiona o próprio *ethos* científico moderno.

Entretanto, se não parece haver novidades, pelo menos em alguns campos de conhecimento, quanto às demandas contemporâneas relativas ao aprimoramento da comunicação pública da ciência, o mesmo não pode ser vislumbrado no que tange à relação de tal aprimoramento ao campo da Comunicação Organizacional. Não há dúvidas de que inúmeros pesquisadores vêm demonstrando preocupações em se problematizar a comunicação junto aos quadros interacionais contemporâneos das instituições científicas: recentemente, Epstein (2012) lançou desafios para a construção de uma teoria da divulgação científica no contexto das instituições de ciência. Estudos de Pessoni (2012), apresentam discussões em torno de problemas conceituais e de instâncias empíricas vinculadas às temáticas da comunicação pública da ciência e da comunicação organizacional, com especial foco nas questões de saúde pública. Em outra vertente, Scroferneker (2010) publicou relevante pesquisa sobre a comunicação organizacional no ambiente das universidades, com foco nas ouvidorias virtuais.

De tal sorte, apesar da pertinência indiscutível de tais estudos, é possível reconhecer, no escopo oferecido pelos mesmos, que ainda é tímido um enfrentamento ostensivo entre possibilidades, problemas e tensionamentos advindos de interfaces entre o campo da Comunicação Organizacional e os estudos da comunicação pública da ciência. Talvez, por conta da inexistência de tal enfrentamento, Pitrelli (2008, p.2 – Grifos nossos; tradução nossa) lance suspeitas, de cunho generalizado, à presença da Comunicação Organizacional nas instituições científicas:

Não é fácil ser um comunicador capaz de facilitar o diálogo entre a ciência e a sociedade, capaz de ser autônomo e imparcial ao relatar e analisar controvérsias entre pesquisadores e cidadãos. Ensinar este trabalho não é, de tudo, banal, dadas as suas várias características inovadoras. *Em primeiro lugar, porque a comunicação da ciência é cada vez mais influenciada pelas lógicas de relações públicas e de marketing emergentes das instituições científicas.* Em segundo lugar, porque as escolas de comunicação científica – embora percebam muitos aspectos da dificuldade em realizar este trabalho

– não podem lidar com a integração entre o ensino e os temas da atualidade, em conformidade com o pedido de participação do público na tomada de decisões sobre o desenvolvimento da ciência e das tecnologias. A soma desses dois fatores implica um risco relevante: o fim do jornalismo crítico e da comunicação científica.

Pelos termos fatalistas acima dispostos, as lógicas das relações públicas e do *marketing* seriam, por si mesmas, extremamente prejudiciais ao processo de divulgação científica, chegando, em última análise, a dizimá-lo por completo. Sem sombra de dúvidas, Pitrelli (2008) denuncia uma preocupação pertinente: a depender das práticas de comunicação utilizadas no terreno das instituições científicas, esse risco é realisticamente presente. Entretanto, a generalização empreendida pelo pesquisador é também perigosa, na medida em que reduz qualquer prática de comunicação nas organizações a modelos supostamente autoritários, verticalizados e lineares – quando o próprio campo da Comunicação organizacional tem acolhido estudos (OLIVEIRA; PAULA, 2007, MUMBY, 2009, MAFRA; MARQUES, 2013) que vislumbram a comunicação nas organizações como prática potencialmente capaz de provocar aberturas, aprendizado e humanização, sobretudo em contextos democráticos e pluralistas. Assim, uma compreensão mais aprofundada acerca do *diálogo* público pode oferecer produtivas respostas aos desafios propostos nesse trabalho.

O diálogo público como imperativo democrático: ciência e cidadania em tempos de crise

Uma instigante questão, já apontada em parágrafos anteriores, torna-se motivadora para dar início às discussões desse tópico: a visível associação entre ciência e cidadania, encontrada em alguns estudos recentes do campo da Comunicação científica (MIZUMACHI et al, 2011, STODDEN, 2010, KOUPER, 2010; SILVERTOWN, 2009, COHN, 2008). Na breve revisão do assunto feita por Riesch et al (2013, p.1-2 – Tradução nossa), a noção emergente de *Ciência Cidadã* – também denominada de *Participação Pública na Pesquisa Científica* – pode ser assim compreendida:

Primeiro, ela pode ser vista como uma situação de *ganha-ganha*, na qual um projeto proporciona simultaneamente engajamento público [...] bem como pesquisa científica. [...] A ciência cidadã também pode ajudar a monitorar o ambiente local, [...] empoderando as pessoas na tomada de posse de seus referidos ambientes. Em segundo lugar, a ciência cidadã, por envolver o público diretamente na produção da pesquisa científica, pode ajudar no ensino não somente em termos de geração de provas, mas também na demonstração de como a ciência é feita, aumentando assim a compreensão do público sobre os processos científicos, suas incertezas

inerentes, os métodos utilizados para se chegar a conclusões e as habilidades práticas científicas que precisam adquirir para que se chegue a tais conclusões. Em terceiro lugar, os projetos da ciência cidadã podem melhorar a ‘propriedade’ democrática dos domínios que investiga: projetos ambientais de ciência cidadã, por exemplo, podem envolver o público local com as preocupações ambientais que são relevantes para eles e, assim, aumentar a participação cívica nas questões locais [...]. Nesse processo, por meio da educação sobre a ciência e sobre o pensamento científico, a ciência cidadã, muitas vezes, visa também melhorar a tomada de decisão pública [...].

Assim, muito antes do que um movimento localizado e pontual, a proposta de uma ciência cidadã parece corresponder, em última análise, a uma espécie de resposta social possível, engendrada junto aos próprios campos científicos, e dirigida a amplos contextos sociais questionadores acerca do lugar da ciência na contemporaneidade. A referência explícita à palavra *cidadania* não vem, nesse sentido, despretensiosamente: no mesmo bojo reflexivo-social, a elaboração de uma compreensão acerca da crise da ciência parece fazer coro ao conjunto de reflexões que busca validade contemporânea à democracia (HABERMAS, 1997; COHEN, 1997; AVRITZER, 2000), tomada enquanto regime social e horizonte normativo possível junto aos conflituosos, plurais e complexos contextos sociais contemporâneos.

Sendo assim, torna-se sinal relevante reconhecer que a emergência dos estudos e das práticas democráticas indica também a expressão de um caminho relevante para a construção coletiva da legitimidade e da justiça às pautas públicas de um determinado contexto social (HABERMAS, 1997). Em particular, a partir do gesto que atribui às pautas científicas de produção de conhecimento um caráter eminentemente público (DELFANTI, 2010) tal constatação explica, de modo mais preciso, a aproximação do termo *cidadania* ao campo científico, como também aposta na participação pública e no diálogo social enquanto práticas válidas à aceitabilidade da permanência das instituições científicas em tempos de crise.

Uma ampla literatura acerca do lugar do diálogo público como fenômeno essencial à produção da legitimidade democrática emergiu nos últimos anos, protagonizada pela noção de *democracia deliberativa* e/ou de *deliberação pública* (HABERMAS, 1997; COHEN, 1997; DRYZEK, 2004). Ainda que controversa e polêmica, uma referência primordial nessa seara de estudos continua sendo o filósofo alemão Jürgen Habermas (1997), sobretudo a partir da investigação encetada pelo intelectual acerca da elaboração do conceito de racionalidade comunicativa. Entremeado junto a importantes noções como publicidade, razoabilidade e esfera pública, tal conceito lança luz sobre o complexo fenômeno social que é capaz de atribuir legitimidade às decisões públicas, tendo em vista o amplo e constante processo discursivo de expressão das inúmeras controvérsias que afetam a experiência coletiva em um determinado contexto. Nesse ínterim, a racionalidade comunicativa mostra-se como competência

fundamental aos sujeitos em momentos de argumentação pública, com vistas à construção de um poder motivado comunicativamente, centrado na escolha daquelas pretensões de validade levantadas que mais apresentarem uma força moral-prática diante das controvérsias públicas postas em debate. É em meio a esse processo comunicativo, descortinador da importante centralidade do uso público e discursivo da razão nas sociedades modernas em crise, que Habermas (1997) identifica a emergência da fonte de legitimidade das decisões públicas. E é de tal sorte que as democracias contemporâneas são adjetivadas de *deliberativas* na medida em que fincarem a validade de suas escolhas junto a um amplo processo de deliberação pública constituído pelo discurso e pela comunicação e orientado por motivações morais-práticas, validadas por instituições e por sujeitos, de modo interacional.

Reconhecendo as contribuições habermasianas e, ao mesmo tempo, oferecendo outras perspectivas à noção de democracia deliberativa, Bohman (2009, p.42) comprehende a deliberação como “uma atividade social coletiva, mergulhada na ação social do diálogo – da troca de razões”. O autor ainda completa:

A deliberação pública é um diálogo com um objetivo particular. Ela almeja superar uma situação problemática através da solução de um problema ou resolução de um conflito. A atividade conjunta através da qual a deliberação se constitui na esfera pública é dialógica e não meramente discursiva. Os discursos empregam critérios regulativos específicos de justificação, e eles são tipicamente estruturados em direção a um tipo ou outro de demanda. Por exemplo, discursos científicos estão orientados em direção a demandas de verdade, enquanto discursos legais são constrangidos por argumentos e demandas que são consistentes com o corpo da lei. Em contrapartida, o diálogo é a mera troca de razões. Ele não almeja necessariamente produzir demandas bem justificadas, mas sim demandas que são amplas o suficiente em escopo e suficientemente justificadas para serem *accountable* diante de um público indefinido de concidadãos (BOHMAN, 2009, p.69).

Os matizes e as diferenciações entre Bohman (2009) e Habermas (1997) são complexos, e seria impossível explorá-los com devida propriedade no âmbito desse trabalho – além de a noção de deliberação pública ser alvo de uma série de outras perspectivas. Entretanto, é forçoso admitir que Bohman (2009), ao lançar luz sobre a questão do *diálogo público*, reconhece que os momentos de controvérsias públicas são compostos por uma participação plural de inúmeros agentes que, juntos, procuram convencer uns aos outros e coordenar suas ações. Esse processo dialógico, segundo o intelectual norte-americano, não é aberto apenas a uma esfera de especialistas, mas se dirige a qualquer sujeito que se sente afetado a tomar parte na deliberação – sempre quando, num contexto social específico,

uma situação problemática provoca uma espécie de ruptura na coordenação de ações entre os sujeitos, motivando-os a retomá-la a partir de uma prática pública dialógica. Assim, o diálogo público, tomado enquanto atividade cooperativa, não exige “nem um acordo unânime entre todos, nem algum acordo agregativo de cada um, mas um ideal distributivo de acordo que outorga a cada um sua própria motivação para cooperar em um processo de julgamento público” (BOHMAN, 2009, p.64).

Para uma compreensão acerca dos fenômenos controversos que envolvem os contextos contemporâneos de uma ciência em crise, a noção de diálogo público mostra-se, desse modo, extremamente profícua: a partir da extensa controvérsia pública que envolve a busca constante por legitimação da ciência diante de um amplo e plural tecido social, não basta às instituições científicas a produção dos já conhecidos discursos científicos institucionais orientados, nos termos de Bohman (2009), em direção a um convencimento pela verdade – uma vez que a própria verdade inabalável e absolutamente irreprochável da ciência moderna está posta em xeque. Antes de tudo, os tempos do agora solicitam às instituições científicas uma construção dialógica e pública, sustentada por parâmetros morais inteligíveis e validados comunicativamente, por sujeitos que, de algum modo, a tais instituições se vinculam e por elas sentem-se afetados. No caso do fenômeno da ciência cidadã, esse processo parece ser enfrentado de modo bastante natural: uma esfera eminentemente formada por especialistas é forçada, por uma espécie de *fissura pública* democraticamente motivada, à abertura dialógica – o que torna imperioso admitir que escolhas/decisões públicas cunhadas por cientistas e por suas instituições não carregam, de modo pré-reflexivo, nenhum conteúdo moral que será publicamente aceito de antemão, e que é inevitável, portanto, que tais escolhas/decisões passem por um amplo processo dialógico de validação pública, do qual participarão, em tese, todos aqueles que se sentirem concernidos pelo projeto científico de mundo, socialmente disposto. Sendo assim, a compreensão acerca do inevitável fenômeno do diálogo público, ao se transformar em uma problemática também pertinente ao campo da Comunicação Organizacional, pode oferecer o desnudamento de consubstanciais caminhos, pelos quais uma instituição científica pode seguir com vistas à construção de sua política comunicacional, em tempos de crise.

O diálogo público como imperativo prático: fundamentos a uma política de comunicação organizacional em instituições científicas

Trata-se de grande aposta conceitual a proeminência concedida, nesse trabalho, à noção democrática de diálogo público, na tentativa de superação das posições de paralelismo verificadas entre os gestos epistêmicos da comunicação científica e os do campo da Comunicação Organizacional, conforme fora denunciado em seções anteriores. Operando como uma espécie de parâmetro normativo estendido aos contextos organizacionais da

ciência, é bastante plausível que tal noção seja capaz de fazer gravitar, em torno de si, qualquer prática comunicacional estabelecida junto aos quadros de interação das instituições científicas – uma vez que, tendo em vista as vibrantes motivações de uma moral-prática presentes nos cenários democráticos contemporâneos, o diálogo público parece funcionar, sem sombra de dúvidas, como uma espécie de imperativo prático em qualquer processo comunicacional, no contexto das organizações científicas. Por conta disso, é chegado o momento de se problematizar como o parâmetro do diálogo público pode ser capaz de: 1) provocar escolhas moralmente fundamentadas, no que se refere a motivações para condução de uma política de comunicação organizacional; 2) produzir a tão aventada inter-relação entre crise da ciência e de suas instituições, comunicação científica e comunicação organizacional.

Para dar início à condução de tais desafios, é forçoso admitir que não se trata de um gesto recente a produção de uma aproximação conceitual entre comunicação organizacional e diálogo público. O clássico estudioso Harwood Childs, desde 1967, define como problema fundamental das Relações Públicas a ação de “reconciliar com o interesse público, ou ajustar a ele, os aspectos de nosso comportamento individual ou institucional que tem um significado público” (CHILDS, 1967, p.26). Sendo assim, as noções de reconciliação e de ajustamento tornam-se gestos centrais a qualquer organização que deseja sobreviver em contextos democráticos: não sendo possível a sobreposição de qualquer interesse particular organizacional ao interesse público de um determinado contexto, o lugar do diálogo público indica, concretamente, o molde interacional pelo qual as organizações devem se inspirar para a produção da demanda por reconciliação/ajustamento. Mesmo porque, nos termos do autor, qualquer comportamento organizacional, seja individual, seja institucionalmente motivado, possui significado público, devendo se ajustar ao complexo conjunto de motivações sempre dinâmicas e provisórias que constituem o campo conflituoso do interesse público – podendo provocar também, em tal campo, interferências e modificações. Quanto a isso, já somos capazes de inferir que qualquer transformação no campo do interesse público passa por um assentimento/contra-assentimento moral-prático por parte dos sujeitos, envolvidos comunicativamente em tal transformação.

Junto a isso, tal ajustamento também faz coro à seara aberta por Mumby (2009): o estudioso propõe pensar a Comunicação Organizacional por uma perspectiva crítica. Isso implica considerar que os contextos organizacionais são entremeados por conflitos de poder, imersos em redes de cultura historicamente constituídas e em profunda interação com o contexto social mais amplo que acolhe a organização. Nesse sentido, Mumby e Clair (2000, p.264-265) apontam que uma abordagem crítica da comunicação organizacional é capaz de demonstrar, por um lado “a conexão entre as normas e os valores compartilhados de uma organização” e, por outro, “os meios pelos quais se expressam essas normas e valores”. Como terrenos de luta, as organizações são tomadas, nessa perspectiva, como “coletividades sociais nas quais se produz um significado compartilhado (...) [e por meio do qual] distintos grupos competem por modelar a realidade social da organização de modo

que sirva a seus próprios interesses” (MUMBY; CLAIR, 2000, p.265 – Grifos nossos). Nesse sentido, muito mais do que buscar uma centralidade ao processo informacional, a comunicação nas organizações envolve um processo de humanização (MUMBY, 2009): é preciso considerar, portanto, o lugar da diferença, da pluralidade, da multiplicidade, do ineditismo, próprios da constituição humana.

Dessa maneira, torna-se imensamente necessário que tal política seja capaz de estimular, acolher e administrar o diálogo público, a partir de um processo de reconciliação/ajustamento, vislumbrado entre o interesse público e o múltiplo conjunto de interesses existentes no complexo contexto das instituições científicas. Além disso, o entendimento da Comunicação Organizacional como campo responsável pela produção da humanização nos ambientes das organizações corrobora com a noção de que uma política comunicacional deve, antes de tudo, preocupar-se em dar materialidade aos valores institucionalmente acordados, sobretudo em situações de crise e de controvérsia pública. E é também por tudo isso que uma política de comunicação organizacional, no seio das pluralistas sociedades contemporâneas e tendo em vista os cenários sociais de crise da ciência, pode ser vislumbrada como um *direito* dos públicos afetados pela existência de uma instituição científica e, ao mesmo tempo, como um *dever* proeminente no âmbito de tal instituição. De tal sorte, tal política organizacional deve ser igualmente capaz de, ao mesmo tempo, trazer ancoragem aos processos de comunicação e de divulgação científicas, e abrir espaço a qualquer processo comunicacional que envolva a produção de relações com quaisquer tipos de públicos (colaboradores, fornecedores, comunidade, dentre outros).

Por fim, é preciso considerar a comunicação em meio a esforços de *accountability* (BOHMAM, 2009), responsáveis por tornar as instituições científicas sensíveis ao processo permanente de prestação pública de contas ao qual se encontra submetida. Tal processo faz com que ela se veja impelida, a todo instante, a dar conhecimento e a elaborar justificativas públicas acerca do papel que tem desempenhado socialmente – de modo que tal processo não pode ser totalmente previsto. Nesse sentido, a interlocução pública torna-se um desafio permanente, estendido aos seus representantes principais, bem como a todos os seus integrantes de modo geral – processo por meio do qual a organização (re) funda sua legitimidade pública. Por tudo isso, torna-se imperativo a construção de uma política de comunicação organizacional às instituições científicas que não apenas dê voz à organização, mas que, igualmente, lhe dê ouvidos, de modo a encaminhar a produção de mudanças que sejam necessárias, frutos de um encontro cotidiano e institucionalizado com seus incontáveis e plurais públicos de interesse.

É por tudo isso que inúmeras questões merecem ser problematizadas em trabalhos futuros, com vistas à ampliação e ao aprofundamento dos problemas centrais aqui propostos. A despeito do indiscutível lugar de relevância atribuído ao diálogo público, em especial por Bohman (2009), é preciso não perder de vista a presença de inúmeras forças e tensões

existentes no ambiente organizacional científico, de modo que uma crença cega e exclusiva no sucesso da deliberação pública traz uma boa dose de ingenuidade – já que tal atitude produz o desconhecimento de como os poderes das ciências e das escolhas científicas dos pesquisadores, muitas vezes, se reproduzem, com vistas somente à aquisição de capital acadêmico e de prestígio social. Assim, ainda que tenha havido uma abertura relativa no contexto das instituições científicas ao diálogo público, não se pode perder de vista a noção que entende nosso cenário contemporâneo como tenso e controverso: nele, acomodam-se e convivem entre si pulsões contraditórias – como, por exemplo, demandas por produtivismo e esforços de qualificar os procedimentos científicos superando o padrão da quantificação.

Assumir a crítica e o contraditório como elementos naturais em qualquer processo de diálogo público parece ser um gesto extremamente revelador. Além disso, uma percepção igualmente iluminadora é aquela que visa considerar que, no campo de uma instituição científica, podem (e devem) existir inúmeras iniciativas múltiplas, tais como *blogs* de cientistas, fóruns deliberativos e experiências participativas no interior da produção científica de determinado campo. Além disso, não é por acaso que as questões morais vêm ganhando cada vez mais espaço nas universidades contemporâneas: a despeito do infundável debate sobre os limites dos comitês de ética e sobre a institucionalização da produção científica, a presença recente de tais comitês no ambiente organizacional científico pode estar a refletir, em última análise, a gigantesca demanda por interlocução pública que a sociedade cobra dos ambientes científicos. Em última análise, tal demanda transcende os limites dos supostos mundos fechados da ciência e de suas matrizes, muitas vezes, liberais, e revela o caráter moral-prático conflituoso e intrínseco, existente entre ciência, sujeitos e conhecimento, tendo como horizonte normativo os contextos democráticos recentes, ainda tidos como possíveis.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, São Paulo, n.50, p.25-46, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6445200000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- BOHMAN, James. O que é a deliberação pública? Um abordagem dialógica. In: MARQUES, Angela C. S. **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p.85-108.
- CASTELFRANCHI, Yurij. Science and communication in Brazil: evolution, globalization, and contingencies. **Journal of Science Communication**, v.3, n.4, p.1-4, December 2004.
- CHILDS, Harwood L. O problema fundamental das Relações Públcas. In: _____. **Relações públicas, propaganda e opinião pública**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1967. p.16-26.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: BOHMAN, J.; REIGH, W (Orgs.) **Deliberative Democracy**. Cambridge-Mass: MIT Press, 1997. p.67-91.

_____. Citizen Science: Can Volunteers Do Real Research?, **BioScience**, v.58, n.3, p.192–197, 2008.

DELFANTI, A. Open science, a complex movement. **Journal of Science Communication**, v.09, n.03, p.1-2 September 2010.

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. IN: COELHO, V. S.; NOBRE, M. **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004. p.21-41.

DUARTE, J.; BARROS, A. T. de. (Orgs.) **Comunicação para ciência, ciência para comunicação**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

EPSTEIN, Isaac; BERTOL, Sônia. Caminho das pedras: a difícil arte de comunicar a ciência para o público. **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Umesp, São Bernardo do Campo, v.26, n.43, p.11-27, 1o. sem. 2005.

EPSTEIN, Isaac. Comunicação da ciência: rumo a uma teoria da divulgação científica. **Revista Organicom**, Ano 9, Edição Especial, n.16/17, p.19-38, 2012.

FOUCAULT, Michel. As ciências humanas. In: _____. **As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.475-536.

HABERMAS, J. Política deliberativa: um conceito procedural de democracia. In: _____. **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p.9-56.

KOUPER, I. Science blogs and public engagement with science: practices, challenges, and opportunities, **Journal of Science Communication**, v.09, n.1, p.1-10, 2010.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3.ed. Rio da Janeiro: José Olympio, 1988.

MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M.. Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência. **Organicom**, a.10, n.19, p.82-94, 2º sem. 2013.

MIZUMACHI, Eri; MATSUDA, Kentaro; KANO, Kei; KASUTO KATO, Masahiro K. Scientists' attitudes toward a dialogue with the public: a study using "science cafes. **Journal of Science Communication**. v.10, n.4, p.1-11, December 2011.

MUMBY, Dennis K. A comunicação organizacional em uma perspectiva crítica. Entrevista. **Revista Organicom**, a.6, Edição Especial, n.10/11, p.191-207, 2009.

_____; CLAIR, Robin. El discurso en las organizaciones. In: VAN DIJK, Teun A. **Comp. El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa, 2000. p.263-297.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Maria Aparecida de. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** São Paulo: Paulus, 2007.

- OLIVEIRA, Maria J. da Costa. **Comunicação pública**. Campinas: Átomo & Alínea, 2004.
- PESSONI, A. Comunicação para a saúde em ambientes colaborativos: o empoderamento do paciente. **Organicom**, v.9, p.67-78, 2012.
- PITRELLI, Nico. Science and society: a dialogue without communicators? **Journal of Science Communication**, v.7, n.1, p.1-3., March 2008.
- RAMALHO E SILVA, Marina. A reference for science communication. **Journal of Science Communication**, v.10, n.03, p.1.-3, 2011.
- RIESCH, H.; POTTER, C.; DAVIES L. Combining citizen science and public engagement: the Open Air Laboratories Programme. **Journal of Science Communication**, v.12, n.03, p.1-19, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SCROFERNEKER, Cleusa M. Andrade. As ouvidorias virtuais em instituições de ensino superior brasileiras. **Organicom**, n.12, p.131-149, 1 semestre 2010.
- SILVERTOWN, J. A new dawn for citizen science. **Trends Ecol. Evol.** v.24, n.9, p.467–471, 2009.
- STODDEN, V. Open science: policy implications for the evolving phenomenon of user-led scientific innovation. **Journal of Science Communication**, v.09, n.01, p.1-8, 2010.
- TARGINO, M. das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.10, n.2, p.1-27, 2000.
- ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Autores Associados, 2001.

Rennan Lanna Martins Mafra

Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). É mestre e doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em torno de questões ligadas às teorias da Comunicação, ao espaço público, à democracia, à Comunicação organizacional, às questões ambientais e de saúde pública, à mobilização social e à problematização do desenvolvimento em dinâmicas campo-cidade. Tem interesse também em estudos que problematizem a relação entre sujeitos, experiência pública e linguagens, bem como entre sujeitos, organizações e sociedade. É líder do Copráticas – Grupo de Pesquisa em Comunicação e Práticas Sociais. É co-autor do livro *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social* e autor de *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social*, ambos publicados pela Autêntica Editora. E-mail: rennan.mafra@ufv.br

Recebido em: 30.04.2015
Aceito em: 30.12.2015